

NAS TRAMAS DA PROSTITUIÇÃO

Viviane Hermida*



Barreto, Leticia Cardoso. **Prostituição, gênero e trabalho**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. 247p.

Lançado em Florianópolis, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 2013, o livro *Prostituição: gênero e trabalho*, de Leticia Cardoso Barreto, traz uma contribuição significativa para um dos mais polêmicos temas no campo político e dos estudos feministas na atualidade: a prostituição.

A autora, mestra em psicologia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos oferece um valioso panorama sobre a prostituição em Belo Horizonte, ancorada em sua inserção profissional e acadêmica neste contexto, desde 2005, assim como reflexões sobre pontos centrais do debate em torno do tema, de forma mais ampla.

O livro está organizado em sete capítulos, incluindo introdução e considerações finais. Conta, ainda, com prefácio assinado por Roberto Chateaubriand Domingues, que atuou como supervisor de estágio da autora no início de sua inserção na área e que percebe este trabalho como uma contribuição para “a

recomposição do saber sobre elas [as prostitutas] ou a dúvida acerca das verdades sobre elas produzidas sem o seu conhecimento ou anuência” (p. 13), criando, assim, “uma ambiência favorável para problematizar mitos, reposicionar ideias, (re)construir identidades” (p. 27).

Na introdução, Barreto nos apresenta sua trajetória neste campo, inicialmente como estagiária de psicologia na organização não governamental Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS – Minas Gerais (GAPA-MG) e, posteriormente, como pesquisadora e consultora no projeto *Sem Vergonha – Centro Oeste*, parte de uma iniciativa de caráter nacional desenvolvida pela Rede Brasileira de Prostitutas, com o objetivo de identificar e fortalecer lideranças. Esta experiência permitiu à autora o contato com outras realidades locais de prostituição, contribuindo, sem dúvida alguma, para apurar seu olhar sobre a situação em Belo Horizonte. Ainda na introdução, Barreto aponta os objetivos da pesquisa e seus principais aspectos metodológicos, que incluíram entrevistas semiestruturadas, observação de locais de prostituição e registro em diário de campo, além de coleta documental.

No segundo capítulo, a autora traça um panorama histórico da prostituição no Brasil, destacando momentos-chave de tentativas de controle ou eliminação da prostituição pelo poder público – como as ações de higienização das cidades com o surgimento da sífilis, no século XIX, e iniciativas de contenção da epidemia da

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/ UFBA). Graduação em Psicologia (Universidade Federal da Bahia), Mestrado em Antropologia e Desenvolvimento (*London School of Economics and Political Science*). Desde 2004, é assessora de projetos e formação da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), organização que apoia movimentos sociais e organizações comunitárias em todo o país.

AIDS, no final do século XX –, que influenciaram a configuração e a atuação de organizações de prostitutas no Brasil. A autora relata, ainda, as tensões e posicionamentos de prostitutas e suas organizações frente a distintos projetos de lei pertinentes à prostituição, incluindo o PL 98/2003, proposto pelo deputado Fernando Gabeira, que se baseou no modelo regulamentarista alemão para abordar a exigência de pagamentos por serviços de natureza sexual e propor a supressão dos artigos do Código Penal relacionados à indução ou atração de alguém à prostituição, ao mantimento de casa de prostituição e ao tráfico de mulheres.

No terceiro capítulo, Barreto discute a relação entre prostituição e trabalho, analisando a definição de prostituição vigente na Classificação Brasileira de Ocupações, desde 2002, que foi construída com a participação de organizações de prostitutas. Também se refere aos diversos significados atribuídos à prostituição por suas interlocutoras na pesquisa, assim como à variedade de atividades desempenhadas sob esta categoria. Fica ainda evidenciado, nas falas das mulheres, que a prostituição não se diferencia de outras ocupações, constituindo-se como fonte de sofrimento e opressão, mas, também, de realização e prazer. A autora finaliza o capítulo afirmando que o reconhecimento da prostituição como trabalho é um caminho para a garantia de direitos fundamentais, afirmação esta apoiada por diversos autores e autoras por ela citados.

No quarto capítulo, a autora examina as posições feministas a respeito da prostituição, identificando dois polos. Um deles, associado ao feminismo radical, considera as prostitutas como vítimas da opressão masculina e tem concentrado muito de sua atenção na questão do tráfico de mulheres. A autora se opõe a esta concepção, por considerar que ela nega a agência das mulheres na prostituição, implicando uma incoerência ideológica com relação ao feminismo, além de trazer potenciais prejuízos aos direitos das mulheres na prostituição, em especial às migrantes. O outro polo, vinculado ao feminismo liberal, considera a prostituição como um ato de autodeterminação sexual e um trabalho como qualquer outro. Embora afirme a importância de se desvencilhar de uma visão bipolar, isto é, de “discursos prontos e fechados que tentavam polarizar a prostituição como algo sempre negativo ou sempre positivo” (p. 218), a autora parece se posicionar de

maneira mais próxima ao segundo polo, argumentando que ali

as mulheres estão em posição atuante, capazes de questionar, negociar e se opor a relações de poder. Deste modo, a prostituição não é intrinsecamente violenta, mas pode se tornar, principalmente devido ao seu caráter informal e subterrâneo (p. 134).

Ainda neste capítulo, a autora trabalha com a noção de identidade e sua relação com a naturalização de categorias sociais supostamente em oposição – homem/mulher, puta/santa. Barreto questiona esta abordagem, apontando o efeito disciplinador que tais oposições produzem de conformar a maioria das mulheres à virgindade, domesticidade e monogamia e condenar aquelas que transgridem este modelo.

No quinto capítulo, Barreto reflete sobre a prostituição na perspectiva da sexualidade, começando com um diálogo com autores como Gayle Rubin, Jeffrey Weeks e Michel Foucault, para desnaturalizar a sexualidade e afirmar seu caráter histórico, cultural e político. A partir daí, passa a discutir os problemas decorrentes da pressuposição universalizante de que o sexo é necessariamente uma expressão de intimidade ou de que “sexo sem amor” é algo degradante e abusivo. A autora afirma a complexidade da sexualidade na prostituição, que aparece submetida a diferentes hierarquias, articuladas com visões de gênero e trabalho que produzem formas únicas de opressão.

No sexto capítulo, a autora descreve o modo como a prostituição ocorre em Belo Horizonte, caracterizando as dinâmicas da atividade em distintos espaços – boates, ruas e hotéis. Passa, então, a descrever duas organizações de prostitutas existentes no município, analisando suas origens e ações, quase sempre vinculadas, de alguma forma, à atuação de outras organizações, como o GAPA-MG e Pastoral da Mulher Marginalizada, entre outras, com as quais mantêm relações de cooperação e conflito. Neste capítulo, Barreto traz, ainda, relevantes análises a respeito das tentativas do poder público de mudar o perfil das áreas de prostituição em Belo Horizonte, seja através de mudanças de caráter regulamentarista, como a instalação, na década de 1950, de “casas de tolerância” em áreas que se desvalorizaram, tornando-se incompatíveis com a atividade industrial; intervenções urbanísticas de grande porte como a construção de um

viaduto; e os projetos de revitalização do centro da cidade, com ameaça de fechamento dos hotéis de prostituição. Ressalta, ainda, que as intervenções governamentais têm se constituído como principal foco de mobilização das prostitutas que, em articulação com outros atores, como organizações não-governamentais e donos de hotéis, promoveram manifestações e audiências públicas em defesa do direito de permanência nos seus locais de trabalho.

Nas considerações finais, a autora retoma os pontos principais do texto e enfatiza que reconhecer a existência de inúmeras formas de opressão na prostituição não equivale a dizer que a prostituição é algo intrinsecamente ruim e que tem que ser eliminado. É, antes, afirmar que essas hierarquizações operam de modo a produzir desigualdades que transformam, muitas vezes, esta ocupação em algo negativo, interferindo, inclusive, na forma como as mulheres percebem a si mesmas e ao seu trabalho. (p. 221).

Letícia Cardoso Barreto oferece um aporte importante, ao fazer uma detalhada descrição de diferentes aspectos da prostituição em Belo Horizonte, como os locais de prostituição, tipos e preços de programas realizados e as relações estabelecidas entre prostitutas, donos de hotéis, clientes, organizações não-governamentais e pastorais. Mais que isto, ela possibilita uma aproximação com a perspectiva das profissionais do sexo a respeito de sua ocupação e de como ela é vista pela sociedade, assim como com questões mais intrincadas, como o prazer sexual e a afetividade nas relações entre prostitutas e clientes. Com isto, a autora oferece elementos que contrariam visões simplistas, sustentadas por diferentes atores e discursos – entre eles, certas vertentes do feminismo – sobre a situação das mulheres na prostituição.

Um dos pontos fortes do texto é que a autora nos permite acompanhar os bastidores do seu trabalho de campo, incluindo alguns percalços, como as tensões nas relações com as organizações de prostitutas, processo este marcado pelos distintos lugares institucionais assumidos por Barreto ao longo da pesquisa. A autora também compartilha suas reflexões sobre as mudanças ocorridas nas suas próprias concepções acerca da prostituição, desde o momento em que chega como estagiária no GAPA-MG. Neste sentido, explicita elementos centrais acerca das condições de produção do

conhecimento que nos apresenta estabelecendo uma relação franca e generosa com quem acessa seu texto.

Nessa mesma direção, a autora deixa claro seu posicionamento político com relação à prostituição e sua regulamentação como profissão, apoiando-se não só em autores e autoras referenciais nesta área, mas, também, no discurso das suas interlocutoras e de algumas das organizações que desenvolvem ações sociais e políticas voltadas à garantia de direitos das profissionais do sexo. É importante notar, entretanto, que a autora admite que “muitos dos problemas enfrentados pelas prostitutas são fruto de opressões que passam também por hierarquias sexuais e de gênero” (p. 131), requerendo outras ações e transformações, para além do pleno reconhecimento da prostituição como trabalho.

Outro mérito do livro é o registro e análise da movimentação política das prostitutas em Belo Horizonte no período abrangido pela pesquisa. Neste aspecto, sem deixar de registrar algumas fragilidades e inconsistências na atuação dos grupos de prostitutas, Barreto reconhece a importância da organização política da categoria, analisando, também, as relações estabelecidas com outros atores sociais, dentre eles órgãos governamentais e organizações não-governamentais. É importante ressaltar que a autora sustenta um olhar crítico sobre os discursos governamentais sobre a prostituição, assim como sobre a atuação de lideranças e organizações das profissionais do sexo, iluminando contradições e levantando possibilidades interpretativas bastante interessantes.

Ao procurar se distanciar de discursos moralistas em torno da prostituição e buscar desmistificar os fundamentos das perspectivas abolicionistas, a autora acaba por não problematizar a presença das mulheres na prostituição como uma inserção subalterna no mundo do trabalho, categoria esta que ela se propõe a investigar. Isto fica evidenciado, por exemplo, quando corrobora, sem problematizar, as comparações feitas pelas entrevistadas, entre a prostituição e outros tipos precários de trabalho como o trabalho doméstico, tendendo, assim, a naturalizar a situação de classe das mulheres na prostituição e a estreita margem de escolha com que se deparam quanto à inserção profissional.

Outra lacuna percebida é a ausência de problematização, em alguns momentos do texto, da dimensão de gênero, o que resvala também para a naturalização da prostituição

como uma ocupação majoritariamente feminina e da predominância de homens em outros pontos da “cadeia produtiva” da prostituição, como clientes e donos de hotéis. Nesta mesma linha, apesar de mencionar a importância da dimensão de raça para a compreensão da experiência da prostituição, a autora optou por não analisar tal dimensão em seu trabalho, deixando, inclusive, de refletir sobre sua própria condição racial e suas implicações no processo de investigação. Ao trazer uma abordagem sobre mulheres de setores populares no Brasil que não contempla a questão racial, o trabalho parece negligenciar um eixo estruturante da experiência das mulheres, conforme tem sido demonstrado pelos estudos feministas de caráter interseccional.

Letícia Barreto demonstra, em seu primeiro livro, ainda mais considerando que se trata de uma pesquisadora em processo de formação, notável habilidade em lidar com grande volume de dados, processando-os de maneira clara, com escrita ágil e acessível, além de uma postura de abertura e respeito aos sujeitos da pesquisa, o que são características fundamentais para pesquisas com intencionalidade política emancipatória. O desenrolar de sua pesquisa, agora no âmbito do doutorado, voltada para a produção do conhecimento sobre prostituição em Belo Horizonte, promete trazer novas contribuições valiosas para a área. Aguardemos ansiosamente!